

25 ABR 2017

## FOLHA DE LONDRINA

# Os riscos da lei de abuso de autoridade

O projeto apresentado pelo senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, que tipifica crimes por abuso de poder, deverá ser levado à votação na reunião da comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta próxima quarta (26). Nessa reunião será votado o substitutivo do senador Roberto Requião, também peemedebista, à proposta original. É a quarta versão do parecer do congressista paranaense que será levada à CCJ e estabelece 30 tipos penais. A proposta e os substitutivos detonaram uma disputa entre parlamentares e integrantes do Ministério Público e do Judiciário. Se passar pela comissão e avançar no Congresso, o juiz que decretar prisão preventiva ou outra medida de privação de liberdade em desconformidade com a lei poderá ser punido. A proposta trata de crimes de abuso cometidos por agentes públicos, passando pelo Ministério Público e poderes Judiciário e Legislativo. As administrações federal, estadual e municipal também não vão escapar. O projeto é bastante criticado porque embora Renan, Requião e outros congressistas favoráveis neguem, a proposta tira a independência de juízes e procuradores. É certo que operações como a Lava Jato serão prejudicadas. Renan Calheiros, o autor da proposta, é alvo de nada menos que 11 inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Frise-se ainda que dos 54 membros que compõem a CCJ, 20 são investigados na Lava Jato. No total, 28 dos 81 senadores são alvos de inquéritos em decorrência da operação. Qualquer lei que vier a dificultar o trabalho das autoridades beneficiaria Renan e tantos outros deputados, senadores, governadores e outros políticos que figuram na relação de pedidos de abertura de inquéritos que chegaram ao Supremo. A lei sobre o abuso de autoridade deve ser discutida e até mesmo revogada. Mas o momento é totalmente impróprio diante das revelações da Lava Jato, que parecem não ter fim.

25 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

REAÇÃO

# Nova lei do abuso de autoridade pode afetar Publicano, diz MP

Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público diz que proposta, que será analisada amanhã na CCJ do Senado, pode comprometer a independência de investigadores e colocar em risco operações como a que revelou esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná. Autor do texto original, o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) diz que o projeto, como está hoje, tem o “objetivo de atingir e restringir o trabalho do MP”.

Rejeição da proposta é uma das bandeiras de mobilização nacional

25 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

# 'Abuso de Autoridade' compromete a independência de investigadores

Para Associação Paranaense do Ministério Público, projeto em discussão no Senado poderá inviabilizar investigações de operações como a Lava Jato e a Publicano

Edson Ferreira  
Reportagem Local

**A**o permitir que qualquer cidadão mova ação penal contra um membro do Ministério Público (MP) ou do Judiciário, o substitutivo ao projeto de lei (PLS 85/2017) do Abuso de Autoridade, pode comprometer a independência de investigadores e colocar em risco operações como a Lava Jato e a Publicano, que revelou esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná. A avaliação é do presidente da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), Cláudio Franco Felix.

Segundo Felix, se for aprovado, o projeto vai beneficiar apenas quem tem maior poder econômico e político. "Terá vantagem quem tem dinheiro, quem tem poder, é ele que vai oferecer a ação penal contra quem o investiga, acusando-o de abuso de autoridade. Isso vai causar o afastamento do promotor

do caso, porque ele não pode processar alguém que o processa também."

Está prevista para esta quarta-feira (26), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a análise do tema, depois que o presidente da CCJ, Edson Lobão (PMDB/MA), também investigado na Lava Jato, concedeu mais tempo para senadores que são contrários ao texto. Depois da CCJ, o projeto segue para votação em plenário; até lá, novas mudanças podem ser propostas.

O presidente da APMP explicou que a lei atual permite que vítimas de abuso de autoridade apresentem ação penal, "de maneira subsidiária", ou seja, quando o MP deixa de apresentar denúncia dentro do prazo legal que possui. "Respeito muito o senador, mas nesse ponto Requião errou ao admitir a ação penal privada concorrente", afirmou Felix.

## INOPORTUNO

Na semana passada, depois que o senador paranaense divulgou o seu voto na CCJ, com as alterações ao PLS 85, membros da "forçatarefa" da Lava Jato em Curitiba, como os procuradores de Justiça, Deltan Dallagnol e Carlos Fernando dos Santos Lima, publicaram nas redes sociais um vídeo pedindo mobilização da sociedade contra a aprovação do projeto, considerado uma "vingança" contra a Lava Jato.

Autor do texto original do PLS, inspirado nas sugestões e adaptações da Procuradoria Geral da República (PGR), o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) disse à FOLHA que a discussão é inoportuna.

**CONTINUA**

25 ABR 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

“Em primeiro lugar, o grande problema é a inconveniência do projeto, que tem o objetivo de atingir e restringir o trabalho do MP. Exatamente agora, com as investigações da Lava Jato batendo às portas do Congresso, a discussão é feita por quem está em investigação”, se referindo a membros da CCJ, onde 20 senadores são investigados na Lava Jato, de um total de 54.

Rodrigues afirmou que a mobilização dos eleitores pode forçar parlamentares a recuarem em alguns pontos do texto. “Não é nada contra o Requião, considero ele um homem honesto, mas do jeito como está, o projeto tem endereço certo, restringir o trabalho do MP.”

### REQUIÃO

A reportagem não conseguiu falar com senador Roberto Requião nesta segunda-feira (24). Após as manifestações contra o seu substitutivo, o parlamentar fez na tribuna do Senado um discurso em defesa da aprovação. “A lei, como se vê, não se limita a magistrados e a promotores ou procuradores, mas atinge os senadores, deputados e vereadores igualmente, bem como os servidores públicos civis e militares e pessoas a eles equiparadas”, falou ele.

De acordo com Requião, o projeto descreve quem são os agentes públicos passíveis de condenação por abuso, “e exclui da criminalização as condutas decorrentes de divergência

na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que razoável e fundamentada”.

Requião afirmou que o único ponto do substitutivo que atinge “positivamente” a Lava Jato está na regra para a condução coercitiva. “É inadmissível que, sob o manto de investigar as inequívocas e patentes ilegalidades e os crimes verificados no âmbito da Lava Jato, possa um procurador ou um juiz ele próprio violar a lei processual penal, ferindo de morte o princípio do devido processo legal.”

Ele afirmou que a clareza nos critérios para a investigação poderá evitar a nulidade da prova e dar “higidez à persecução penal”.

### CONTINUA

25 ABR 2017

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## ABUSO DE AUTORIDADE

Confira alguns pontos  
do substitutivo do relator

Roberto Requião (PMDB-PR)



### **CRIME DE HERMENÊUTICA**

Há abuso de autoridade se as condutas tiverem a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por "mero capricho ou satisfação pessoal". A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso

### **ALGUNS CRIMES PREVISTOS**

Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação de comparecimento ao juízo; permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal; decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte

### **ALCANCE**

A lei vale para servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; para integrantes do Poder Legislativo; do Poder Judiciário; do Ministério Público; dos tribunais ou conselhos contas

### **EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

Obrigação de indenizar o dano causado pelo crime; inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, por até cinco anos; perda do cargo, do mandato ou da função pública

### **AÇÃO PENAL**

O projeto admite a legitimidade concorrente do ofendido para a promoção da ação penal privada

### **PRISÃO TEMPORÁRIA**

Altera a Lei 7.960/1989, que dispõe sobre a prisão temporária, para determinar que o mandado de prisão tenha o período de duração bem como o dia em que o preso deve ser liberado

**25 ABR 2017**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **OPINIÃO DO LEITOR**

#### **Lei de Abuso de Autoridade**

Se essa lei for realmente aprovada pelos “digníssimos” deputados e senadores, estamos no fim do poço de vez! Além de todas as mordomias e proteção que já têm para roubarem à vontade, mais esse absurdo de lei protecionista, sob o comando do PMDB, tendo como relator o senador Roberto Requião de conluio com Renan Calheiros a serviço do partido! Senhor Requião, mostre que o sr. é sério e honesto e, ao invés de proteção à bandidagem, tente acabar com o famigerado foro privilegiado! Quem não deve não teme! O sr. será lembrado nas próximas eleições por tudo que tem feito de “bom” ao Paraná! Assim como já fez com o pedágio, lembra? “Ou baixa ou acaba”! Está aí o resultado! Acorda Paraná!

**ANTONIO CARLOS PESCADOR (autônomo) - Londrina**

25 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça inocenta acusados por desabamento de prédio

Folhapress

**Rio** - A Justiça do Rio inocentou por falta de provas dois acusados do desabamento do Edifício Liberdade, no centro da cidade, em janeiro de 2012. Na ocasião, o prédio de 20 andares, próximo ao Theatro Municipal, desabou, levando ao colapso outros dois edifícios. Ao todo, 16 pessoas morreram e outras cinco ficaram desaparecidas.

Segundo o Ministério Público, o desabamento ocorreu devido a obras irregulares da empresa T.O. Tecnologia Organizacional no nono andar do prédio. Pilares de sustentação teriam sido retirados e teriam sido a causa do desabamento.

O Ministério Público denunciou Sérgio Alves de Oliveira e Cristiane do Carmo de Azevedo, respectivamente sócio majoritário e administradora da empresa, pelo desabamento. Eles tornaram-se réus em janeiro de 2013.

No início deste mês, ao avaliarem recurso interposto pelos réus, desembargadores da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio inocentaram os acusados por falta de provas.

Os magistrados entenderam que não ficou comprovado que as obras que a empresa fazia foram a causa da queda. Existiriam outros fatores, como o um acréscimo de andares feito no passado e um problema estrutural

decorrente de obras do metrô nos anos 1970.

À época do desabamento, reportagem mostrou que a falta da planta original nos arquivos da prefeitura poderia prejudicar a apuração sobre o desabamento. O que estava arquivado era somente a chamada planta arquitetônica, sem dados sobre a estrutura do prédio.

Cabe recurso à decisão. Em nota, o Ministério Público disse que não irá recorrer, mas não descartou que familiares de vítimas o façam.

À época do recebimento da denúncia, o órgão acusou ainda quatro pedreiros da obra, mas que tiveram denúncia negada pela Justiça.

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

25 ABR 2017

## Faltam contadores. Por isso, estado não paga precatórios

O procurador-geral do Estado, Paulo Rosso, dá explicações sobre a demora no pagamento de precatórios — dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. Segundo ele, a lentidão se deve ao “fato de haver uma significativa carência de contadores nos quadros da Procuradoria Geral do Estado (PGE), de forma que os cálculos, por vezes muito complexos, não estão sendo realizados com a rapidez desejada”.

A explicação de Rosso decorre da notícia publicada neste espaço, na edição do fim de semana, segundo a qual um grupo de credores pretende impetrar ação popular visando responsabilizar a PGE caso persista o atraso nos pagamentos.

Rosso diz que é incabível a ação popular contra a PGE, uma vez que as decisões de pagamento são tomadas por um colegiado do qual fazem parte também as secretarias da Fazenda e da Administração. Por outro lado, informa que todas os acordos — pelos quais os credores concordam em dar desconto de 40% sobre o valor de face dos precatórios — estão concluídos, mas ainda não foram enviados à homologação do Tribunal de Justiça em razão da complexidade dos cálculos.

“Tais cálculos são imprescindíveis”, acentua o procurador-geral, e a “solução definitiva dar-se-á pela contratação de contadores, o que tem sido requerido pela PGE desde meados de 2016”. Até agora, no entanto, a secretaria da Fazenda não autorizou esta contratação “em razão da necessidade de contenção de despesas em decorrência da crise econômica pela qual passa o país”.

Rosso nega que o não pagamento dos precatórios se deva a “firulas mínimas”, uma vez que “os indeferimentos realizados o foram

com base em análises objetivas, não cabendo à PGE autorizar pagamentos, por vezes vultosos, em situações não previstas em lei”. Há casos, diz ele, de pedidos formulados sem qualquer base documental, de precatórios nulos, cedidos ou com outros vícios graves, o que muitas vezes obriga a PGE a indeferir-los. “Postura diversa seria ilegal e serviria apenas para beneficiar particulares em detrimento do interesse público”, finaliza o procurador-geral.

Enquanto isso, encontram-se depositados em conta especial do Tribunal de Justiça mais de R\$ 15 bilhões para pagamento de precatórios. Referem-se a dívidas que o estado foi condenado a pagar desde 1998 para um total de 2.775 credores. E não é só por falta de contadores que os pagamentos não estão sendo feitos: eles dependem também do julgamento do mandado de segurança 32.465 impetrado pelo estado no Supremo Tribunal Federal (STF). Neste mandado, o governo se insurge contra uma ação movida pela empreiteira C.R. Almeida, detentora de precatório bilionário. Enquanto não se resolver isto, tudo fica parado.



25 ABR 2017

# GAZETA DO POVO

## PF e governo do Paraná pedem a Moro para adiar vinda de Lula a Curitiba

Secretaria de Segurança Pública e PF querem mais tempo para organizar esquema de segurança

BRASÍLIA E SÃO PAULO  
Agência O Globo  
e Estadão Conteúdo

● A Polícia Federal e o governo do Paraná pediram ontem o adiamento do depoimento do ex-presidente Lula, previsto para o próximo dia 3, em Curitiba. Enquanto a PF disse que seria necessário mais tempo para organizar a segurança e que o feriado de 1.º de maio dificultaria ainda mais a operação, a Secretaria de Segurança do estado alegou preocupação com possível “deslocamento de movimentos populares”.

“Solicito a Vossa Excelência avaliação sobre a viabilidade de redesignar data e/ou local da oitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agendada para o dia 3 de maio do corrente ano para data posterior, tendo em vista notícias de possível deslocamento de movimentos populares para esta capital paranaense em virtude da semana de comemoração do Dia do Trabalhador (1.º de maio), o que pode gerar problemas de segurança pública, institucional e pessoal”, afirmou Wagner Mesquita de Oliveira, secretário estadual de segurança e de administração penitenciária do Paraná.

Já a PF reiterou que precisa fazer um planejamento com os órgãos de inteligência para montar um esquema de segurança para o dia da audiência.

A ação penal em que o ex-presidente será ouvido diz respeito ao apartamento triplex do Guarujá, no litoral paulista, cuja propriedade a Lava Jato atribuiu ao ex-presidente em troca de vantagens indevidas da OAS. Lula nega as acusações.

Moro não havia respondido ao pedido da PF e do governo do Paraná até o fechamento desta edição.

Informações que circularam em redes sociais, não confirmadas, diziam que o depoimento poderia ser remarcado para o dia 10 de maio.

### Audiências

Em outra ação, que trata de suposta propina de R\$ 75 milhões paga pela Odebrecht em oito contratos da Petrobras, Moro revisou sua própria decisão de convocar Lula a comparecer em todas as audiências das 87 testemunhas arroladas por sua defesa.

Moro havia exigido a presença de Lula para “prevenir a insistência na oitiva de testemunhas irrelevantes, impertinentes ou que poderiam ser substituídas, sem prejuízo, por prova emprestadas”.

Ontem, no entanto, o magistrado pediu somente que a defesa se manifeste em cinco dias para informar se tem necessidade de ouvir tanta gente no processo.

Também ontem, a defesa do ex-presidente solicitou que o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), reconsidere sua decisão de mandar para a Justiça Federal do Paraná oito pedidos de investigação feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Em todos os casos, Lula é um dos alvos.

O ex-presidente pede que as investigações sejam enviadas ou para Justiça Federal de Brasília, ou para a de São Paulo.

“Estou muito tranquilo, não estou preocupado com a data, a data é do juiz Moro.”

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente.

**CONTINUA**

25 ABR 2017

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### “NÃO É UM PROBLEMA MEU”

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que desconhece um possível adiamento de seu depoimento ao juiz Sergio Moro, marcado para o próximo dia 3 de maio, em Curitiba. “Isso não é problema meu”, disse ele, em Brasília. “Eu não marquei dia 3. Na hora em que for marcado meu depoimento, estarei em Curitiba ou onde quer que seja.” Lula disse que, dentre todos, “quem deseja a verdade é o companheiro Lula” e que tem o “direito de falar” em sua defesa. “Faz três anos que estou ouvindo”, disse. “Então estou muito tranquilo, não estou preocupado com a data, a data é do juiz Moro”, ressaltou.

## DEFESA

### Ex-presidente diz que vai prestar “quantos depoimentos forem necessários”

● Num discurso de 42 minutos para um público estimado em 500 petistas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que deseja depor logo ao juiz federal Sergio Moro, e que assim terá direito a se defender de “viva voz”. Ele disse que o empreiteiro Léo Pinheiro — tratado por ele como “Léo” no discurso — sofreu pressão enorme para depor contra ele e que está na hora de se “parar com o falatório” e se mostrar provas dos fatos que é acusado. Foi um tom de campanha, com várias citações sobre sua condição de presidente em 2018. O evento petista teve como tema os rumos da economia. Foi o primeiro discurso e primeira aparição pública de Lula desde o depoimento de Léo Pinheiro, semana passada, que pode ter complicado seu futuro político. Recebido com gritos de “Lula guerreiro do povo brasileiro” num centro de convenções, o petista falou para uma plateia de deputados,

senadores, assessores e simpatizantes da legenda. Durante sua fala, foi interrompido por aplausos em alguns momentos, como na seguinte sequência de declarações.

“Vou prestar quantos depoimentos necessários. Mas tenho que ser tratado como os outros, mas não estou sendo. Estou sendo tratado pior que os outros. Nem vou mostrar as costas para não verem as chibatadas que levei”, disse Lula, que emendou a referência ao ex-amigo da OAS.

“Foi tanta pressão em cima do Léo, condenado há 26 anos... Tô (sic) vendo delatores com casa com piscina, morando em condomínio ao lado de desembargadores, como mostrou a TV. Desse jeito o Léo vai falar até da mãe”.

O ex-presidente afirmou que está na hora de se apresentar provas contra ele.

“Tá na hora de provas. De parar com falatório e mostrar provas. Não adianta falar em milhões, bilhões. Mostre um centavo de desvio meu, não dois, disse um centavo”, completou o petista. Lula afirmou que é preciso se preparar para o “jogo pesado” que os petistas vão enfrentar.

# Delações mostram “propina descentralizada” no PSDB

Ao contrário de PT e PMDB, em que só caciques recebiam pagamentos da Odebrecht, líderes tucanos teriam negociação direta com a empreiteira

Rafael Moro Martins

● As delações premiadas de 78 executivos da Odebrecht revelam que o PSDB se relacionou com o “departamento de propinas” da empresa de modo fiel a seu estilo: cada um dos comandantes regionais do partido tratou dos próprios interesses. Assim, a empresa teria feito pagamentos individuais e separados aos senadores Aécio Neves e José Serra, aos governadores Geraldo Alckmin e Beto Richa e ao ministro de Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira.

Trata-se de um *modus operandi* diferente dos adotados pelo PT — que manteria uma estrutura hierarquizada para receber propinas — e o PMDB, em que a Odebrecht tratava com líderes no Senado e na Câmara, depois encarregados de distribuir os pagamentos entre a bancada.

Há um único inquérito, entre os vários abertos por ordem do ministro Edson Fa-

chin para investigar tucanos, que trata de um caso que reúne duas figuras de alto coturno no partido: o 4.428, contra Serra e Aloysio Nunes. Ainda assim, é uma mera formalidade técnica, já que há a menção a uma mesma empresa de capital misto do governo de São Paulo nas suspeitas contra os dois políticos, mas a decisão de Fachin não sugere que os dois tratavam juntos com a Odebrecht.

E, cabe lembrar, Serra e Aloysio são da ala do PSDB paulista ligada ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso — cujas campanhas à presidência da República, em 1993 e 1997, teriam recebido doações “não contabilizadas”, segundo o patriarca Emílio Odebrecht. Há outra, esta comandada por Geraldo Alckmin — também alvo de um pedido de investigação solicitado por Fachin.

A fratura no tucanato paulista aprofundou-se em 2016, com o apoio de Alckmin à candidatura de João Dória Jr. para a prefeitura da capital. O grupo de FHC preferia Andréa Matarazzo, que acabou por se transferir ao PSD.

O pano de fundo da disputa é a candidatura ao Planalto em 2018. Aécio já buscou asfixiar o grupo de Serra na cúpula do PSDB. Agora, ambos têm um pacto de não agressão para barrar Alckmin, que não esconde a ambição pela presidência da República.

## PARALISADO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, paralisou com pedido de vista votação do Conselho Superior do MP que pode afetar a força-tarefa da Lava Jato. A proposta limita a 10% a quantidade de procuradores que podem ser cedidos para outras unidades.

**CONTINUA**

25 ABR 2017

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### TUCANOS DE BICO SUJO

Algumas das suspeitas lançadas nas delações, que serão investigadas a pedido do ministro Edson Fachin, do STF.

### DERSA

Nas delações premiadas, pelo menos sete ex-executivos mencionam a formação de cartel entre dez empreiteiras para fraudar a licitação do Rodoanel de São Paulo. Segundo o MPF, houve participação da Dersa, empresa de economia mista cujo principal acionista é o governo de São Paulo. Começou com o pagamento de R\$ 1,2 milhão, solicitado por um diretor da Dersa. Eleito governador, José Serra decretou, em 2007, a renegociação de contratos das empreiteiras. "Nessa ocasião, a Dersa [era] dirigida por Paulo Vieira Sousa, [que] solicitou o pagamento de 0,75% do valor recebido por cada empresa", afirma o documento assinado pelo ministro Edson Fachin. Os delatores dizem que isso custou R\$ 2,2 milhões, pagos pela Odebrecht à offshore Circle Technical Company Inc, que pertenceria a Amaro Ramos, apontado como operador financeiro do PSDB.

### ALCKMIN E AICHA

A petição 6.639, enviada por Edson Fachin ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), pede que sejam investigados pagamentos de R\$ 2 milhões, em 2010, e R\$ 8,3 milhões, em 2014, feitos pela Odebrecht a campanhas do governador Geraldo Alckmin. Parte dos valores teria sido entregue diretamente ao cunhado de Alckmin, Adhemar César Ribeiro, irmão da primeira-dama, Lu Alckmin. O executivo Benedicto Júnior também relatou paga-

mentos de R\$ 2,5 milhões, via caixa dois, à campanha de reeleição de Beto Richa em 2014. Em troca, a empresa abateria esse montante do projeto de duplicação da PR-323. Não há registro de doações da Odebrecht na prestação de contas oficial entregue pela campanha do governador paranaense à Justiça Eleitoral.

### AÉCIO, CAMPEÃO DE INQUÉRITOS

Aécio Neves, presidente nacional do PSDB e aspirante a candidato tucano à presidência em 2018, é alvo de cinco dos inquéritos abertos por ordem Edson Fachin. Isso faz dele o político com mandato campeão de investigações abertas em consequência das delações premiadas de 78 executivos da Odebrecht, posto que divide com o também senador e ex-ministro de Michel Temer Romero Jucá (PMDB-RR).

As suspeitas mais graves contra Aécio estão em dois inquéritos, que tratam respectivamente de fraude em licitação de obras em Minas Gerais, à época em que o político era governador, e da possível atuação dele, mediante pagamentos em dinheiro, em favor de empreiteiras na construção de hidrelétricas no Rio Madeira. Nos três restantes, o tucano e outros políticos são suspeitos de pedir doações a campanhas eleitorais, inclusive a de Aécio para a presidência da República em 2014. Também são mencionadas as campanhas do também senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), ex-vice-governador e homem forte nos mandatos de Aécio em Minas Gerais, e do ex-ministro e ex-deputado Pimenta da Veiga (PSDB), candidato derrotado ao governo mineiro em 2014.

25 ABR 2017

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## O que é isso, companheiros?

**E**dson Marcos de Oliveira, acionista da PBB Editora S.A., que edita a revista *Playboy* no Brasil, enviou ontem à coluna a seguinte nota, com o título "Não fui eu". Diz o texto: "Diante da repercussão do caso envolvendo a Playboy Brasil, vários questionamentos via WhatsApp, call, mensagens de amigos, parentes e etc, é com pesar que me sinto obrigado vir a público esclarecer: 1. SIM! Como é sabido por todos sou 1 (UM) dos 3 (TRÊS) sócios da Playboy Brasil. 2. SIM, são meus 2 (DOIS) sócios que estão envolvidos ou acusados desse lamentável fato, os senhores André Sanseverino e Marcos Aurelio de Abreu Rodrigues e Silva. 3. NÃO! Como demonstrado na matéria NÃO TENHO absolutamente qualquer envolvimento com esse lamentável episódio. 4. Estou perplexo com esse fato e com tudo o que foi noticiado pelo programa Fantástico da Rede Globo; 5. Supostamente houve prática de assédio por parte deles, aos quais eu recomendo imediato afastamento das atividades da empresa, ocasião em que desejamos, de forma franca e honesta, poderão colaborar para elucidar e/ou esclarecer todos os fatos e assumir suas responsabilidades e eventuais consequências; 6. Repudio com veemência o assédio de qualquer forma e peço as mais sinceras desculpas a todas as mulheres, em especial as supostas vítimas, pelo constrangimento, com as quais me solidarizo e torço para que superem esse momento, pois ao longo da história a Playboy sempre coadjuvou a defesa das questões da liberdade, independência e o empoderamento das mulheres não somente no Brasil, bem como, por todo o mundo. Respeitosamente, Edson Marcos de Oliveira, Acionista da PBB Editora S.A. #SomosTodosCoelhinhas".

25 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

# A pedido da PF, Moro adia depoimento de Lula

Com previsão de atos pró e contra petista, policiais se preocupam com segurança; 10 de maio pode ser nova data

**'A hora que ele marcar, estarei em Curitiba', diz ex-presidente, que faz críticas a provas apresentadas contra ele**

O juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato em Curitiba, decidiu mudar a data do depoimento do ex-presidente Lula, que estava previsto para 3 de maio. O pedido de adiamento foi protocolado junto à Justiça Federal nesta segunda-feira (27) por Rosalvo Franco, superintendente da Polícia Federal do Paraná.

Há cerca de duas semanas aconteceu uma reunião informal entre Moro e a cúpula da PF na qual o juiz confirmou que acataria a solicitação.

A informação foi antecipada pelo site da **Folha**.

A PF argumentou que precisaria de mais tempo para organizar a segurança no local e que o feriado de 1º de maio dificultaria a operação.

O novo dia previsto para o depoimento é 10 de maio. Segundo relatos obtidos pela reportagem, na conversa com Moro ficou acertado que o adiamento só se tornaria público no fim do mês de abril.

Até o fechamento desta edição o magistrado não manifestara nos autos sua decisão.

Wagner Mesquita, secretário de segurança do Paraná, também pediu prorrogação da oitiva ao juiz. Ele citou "o possível deslocamento de movimentos populares para a capital paranaense em virtude da semana de comemoração do Dia do Trabalhador", o que poderia "gerar problemas de segurança pública, institucional e pessoal".

O PT e movimentos alinhados ao partido preparavam forte mobilização para apoiar o ex-presidente.

Monitoramento feito pela polícia aponta que cerca de 50 mil pessoas devem se deslocar até a sede da Justiça Federal para apoiar Lula. Também havia previsão de atos contra o ex-presidente.

A **Folha** apurou que um dos objetivos era manter em segredo a mudança de agenda para tentar esvaziar os movimentos sociais que se deslocariam à capital paranaense para dar apoio ao petista na próxima semana.

Se a nova data fosse divulgada de última hora, os policiais acreditavam que os grupos de apoio a Lula já teriam comprometido verbas com a viagem para o dia 3 e não conseguiriam ter fundos para gastar numa nova investida uma semana depois.

## TRÍPLEX

Lula será ouvido na ação em que é acusado de ter recebido vantagens indevidas da empreiteira OAS. Entre elas estaria um triplex em Guarujá (SP) que seria destinado à família do petista. Na denúncia apresentada a Moro, os procuradores afirmam que o ex-presidente recebeu R\$ 3,7 milhões em propinas pagas pela OAS oriundas de contratos da Petrobras.

Segundo a acusação, o dinheiro foi investido na reforma do triplex em um empreendimento da OAS.

Léo Pinheiro, sócio da empresa, disse a Moro que o apartamento pertencia a Lula. Ele entregou aos procuradores, com que negocia delação, documentos para tentar comprovar as afirmações de que o ex-presidente foi beneficiado pela reforma.

Nesta segunda, em Brasília, Lula disse não estar preocupado com a data de seu depoimento. "A hora que ele marcar, estarei em Curitiba."

O petista afirmou que a prova que existe contra ele no caso é "um pedágio" e que está na hora de "parar o falatório" e "provar" que ele recebeu dinheiro de forma ilegal.

Entre os documentos entregues estão o registro de que dois carros em nome do Instituto Lula passaram pelo sistema automático de cobrança dos pedágios a caminho de Guarujá entre 2011 e 2013. Não há, no entanto, informações que comprovem que as viagens tiveram como destino o apartamento investigado. (BELA MEGALE, MARINA DIAS E DANIELA LIMA)

25 ABR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Para Fux, maioria do Supremo Tribunal Federal deve limitar foro

Mudança deverá ser apreciada pela corte no final de maio

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux disse nesta segunda-feira (24) que “a maioria dos ministros” da corte entende que há necessidade de se restringir o foro privilegiado a políticos e autoridades no Brasil.

Fux disse que o entendimento majoritário no tribunal é de que uma autoridade só deveria manter o foro em caso de irregularidades cometidas no curso do seu mandato.

Segundo ele, a possibilidade de existir o foro muitas vezes tem efeito de retardar os processos, influenciando no resultado final da ação.

Fux afirmou ainda crer que o “Supremo vai eliminar essa anomalia do foro”.

O STF deve julgar no fim de maio a questão, após o tema ter sido pautado pela presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia.

Se aprovado, o fim do foro pode ter impacto nos processos da Operação Lava Jato, uma vez que parte dos envolvidos são políticos em meio de mandato.

Pela legislação vigente, ministros, senadores e deputados federais só podem ser julgados pelo STF.

Já governadores e deputados estaduais só podem ser julgados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O foro é uma prerrogativa do cargo. Quando a autoridade perde o cargo, ela perde também o foro.

Fux explicou que o entendimento da maioria dos ministros do STF é que o foro seja restrito a apenas crimes cometidos quando a autoridade está no cargo.

Dessa forma, por exemplo, deputados em meio de mandato que forem processados por supostos crimes cometidos fora do mandato perderiam o direito de serem julgados diretamente por instâncias superiores.

No caso de um crime comum, fora da vigência do mandato, a autoridade seria julgada na Justiça comum, independentemente da posição que ocupa no momento da ação.

“O que tem incomodado o STF é o foro volátil. O processo sobe [a instâncias superiores], o processo desce e isso acaba influenciando até na prescrição da ação penal”, disse.

“Acredito que uma posição majoritária do Supremo vá eliminar essa anomalia”, disse Fux, que participou de seminário na FGV (Fundação Getúlio Vargas), no Rio.

### CHAPA DILMA TEMER

Fux disse ainda que o julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) da chapa Dilma-Temer deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano.

Segundo ele, há “quase certeza de que efetivamente sairá” o julgamento.

“O processo tinha sido colocado em pauta, surgiram provas novas que tornaram necessário o prolongamento, mas acredito que esse ano, esse semestre, conseguiremos julgar”, disse.

Ele lembrou que o processo pode se arrastar devido à quantidade de material a ser analisado pelos juízes. “O relatório tem mil páginas. Vamos ver quantas páginas terão os votos”, disse.

25 ABR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Janot discute com colega sobre restrição a procuradores

Proposta restringiria a Lava Jato, diz ele

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, teve uma discussão tensa nesta segunda (24) com a subprocuradora Raquel Dodge sobre proposta apresentada por ela ao Conselho Superior do Ministério Público para restringir o trânsito de procuradores no Ministério Público Federal.

Oito dos dez integrantes do conselho já votaram a favor da medida. Na reunião desta segunda, Janot —que é contra a proposta— pediu vista. O vice-procurador-geral, Bonifácio Andrada, votou contra. Janot disse que ficou “perplexo” com a medida que, segundo ele, impactaria a Lava Jato.

“A pergunta sobre o impacto não foi feita”, afirmou Janot. “Foi feita”, retrucou Dodge.

Em outubro de 2016, ela apresentou uma proposta para restringir o trânsito de procuradores no Ministério Público. Hoje não há limites para realocar um procurador de uma unidade —uma procuradoria regional, por exemplo— para uma equipe exclusiva de investigação como a Lava Jato.

A proposta sugere limitar a 10% o número de procuradores que podem ser cedidos a outras unidades. A mudança deve ser aprovada em maio, mas com uma solução alternativa ao texto original. A regra passaria a valer em janeiro de 2018 e não afetaria grupos de investigadores já formados, como os da Lava Jato em Brasília, no Rio e no Paraná.

Dodge disse ter feito um levantamento e concluído que a resolução não afetaria a Lava Jato. Segundo ela, os procuradores do grupo de trabalho em questão não se encaixam no perfil de investigadores que teriam que voltar para suas unidades de origem.

De acordo com ela, as procuradorias nos Estados estão sobrecarregadas devido à falta de pessoal, realocados em outras unidades.

“Se temos um conjunto de colegas trabalhando em vários setores no gabinete do procurador-geral e se esses setores são mexidos, é óbvio que as atividades serão atingidas. E serão atingidas como um todo, inclusive nas investigações, seja da Lava Jato ou não”, criticou Janot.

O embate teve como pano de fundo a sucessão de Janot no comando da Procuradoria-Geral da República. Ele deixa o cargo em setembro. Dodge disputou com ele o comando do MP em 2015, quando Janot foi reconduzido ao cargo. Ela não faz parte do grupo de Janot no MP.

Até agora, seis subprocuradores são pré-candidatos ao cargo: além de Dodge, Nicolao Dino, Mario Bonsaglia, Ela Wiecko, Carlos Frederico e Sandra Cureau.

Eles participarão de uma eleição feita pela Associação Nacional dos Procuradores da República. Os três mais votados são submetidos ao crivo do presidente Michel Temer, que escolherá um deles.

(LETÍCIA CASADO)



25 ABR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Delator diz que Cunha recebeu mesada de R\$ 547 mil por 3 anos

Pagamento da Odebrecht seria ligado ao Porto Maravilha, no Rio

DE SÃO PAULO

O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) recebeu mesada de R\$ 547 mil por três anos, segundo um dos delatores da Odebrecht.

Benedicto Júnior afirmou em seu depoimento que o ex-deputado recebeu R\$ 19,7 milhões entre setembro de 2011 e agosto de 2014.

O valor, segundo ele, é referente às obras de revitalização e manutenção do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, executadas por um consórcio formado pela Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia.

“Entre agosto e setembro de 2011, fui pessoalmente procurado por Eduardo Cunha e, a título de campanhas futuras, ele me pediu que fizesse pagamento da ordem de 1,5% do valor liberado para o projeto em 36 parcelas”, afirmou Júnior.

As parcelas, segundo Júnior, foram operacionalizadas pelo Setor de Operação Estruturadas, que controlava os repasses ilícitos da Odebrecht, e pagas por meio do doleiro Álvaro José Novis.

Júnior relatou que ele e os líderes das outras duas empresas —Léo Pinheiro, da OAS, e Ricardo Pernambuco, da Carioca— se reuniram e decidiram fazer os pagamentos a Cunha separadamente. Cada construtora repassaria 1,5% do valor referente à sua participação na obra.

O projeto, no total de R\$ 3,5 bilhões, foi financiado pelo

FI-FGTS, fundo gerido pela Caixa Econômica Federal.

Meses antes, um aliado de Cunha, Fábio Cleto, se tornou vice-presidente da Caixa, compondo o conselho de investimentos do fundo.

Em 2011, segundo o delator, as obras já estavam aprovadas e a verba, liberada. Apenas em 2014, quando foi necessário um novo aporte do FI-FGTS para o Porto Maravilha, a articulação com Cunha se fez necessária, conforme Júnior. Cleto havia pedido vistas na análise do caso, atrasando o pagamento.

Júnior, então, entrou em contato com Léo Pinheiro, da OAS, que pediu a Cunha que intercedesse. Dias depois, ainda de acordo com o delator, Cleto se manifestou a favor da aprovação do novo aporte de R\$ 1,5 bilhão.

“Aceitei fazer os pagamentos pois entendia que poderiam influenciar o voto do vice-presidente da Caixa e membro do Comitê de Investimentos do FI-FGTS no Porto Maravilha [Fábio Cleto]”, afirma Júnior.

“Porque o deputado Eduardo Cunha é uma pessoa relativamente importante no cenário e porque ele tinha uma pessoa dentro do conselho [do FI-FGTS] que ele tinha colocado lá meses antes. Eu não queria ter problemas nesse assunto”, disse o delator.

### CODINOME

Cunha, que tinha o codinome “caranguejo” nas plani-

lhas da Odebrecht, está preso em Curitiba desde outubro do ano passado.

Ele é réu em ação penal que tramita na 10ª Vara Federal de Brasília e investiga o pagamento de propina pela liberação de recursos do FI-FGTS.

A Procuradoria-Geral da República acusa Cunha de receber R\$ 52 milhões ilegalmente pelo Porto Maravilha.

Em delação premiada, dois sócios da Carioca Engenharia já haviam afirmado que Cunha obteve propina das empresas envolvidas naquela obra. Cleto, também em acordo de colaboração, confirmou que o ex-deputado recebeu pagamentos em troca de liberar recursos do fundo.

A defesa de Eduardo Cunha tem negado as informações relatadas por Júnior.

# FOLHA DE S. PAULO

## MÔNICA BERGAMO

### LONGA ESPERA

25 ABR 2017

O STF (Supremo Tribunal Federal) pode determinar nesta terça (25) que José Dirceu saia da prisão. O habeas corpus apresentado por seus advogados será apreciado por cinco ministros de uma das turmas do STF.

#### OLHARES

Há uma grande expectativa na comunidade jurídica em torno do julgamento: caso os magistrados determinem que Dirceu seja posto em liberdade, será uma sinalização de que o STF estaria disposto a rever as “alongadas prisões que se determinam em Curitiba”, termo já usado por um dos ministros da turma, Gilmar Mendes. Caso Dirceu permaneça detido, o resultado será visto como um endosso da Corte às detenções determinadas pelo juiz Sergio Moro.

#### DEGRAU

O argumento para que Dirceu seja solto é o de que, embora condenado por duas vezes pelo juiz Sergio Moro, o caso dele ainda não foi julgado em segunda instância. E a lei determina que o acusado responda em liberdade até que isso ocorra.

#### DOUTRINA

O mesmo fundamento embasou a decisão do ministro Marco Aurélio Mello, que colocou o goleiro Bruno em liberdade em fevereiro.

#### DOUTRINA 2

Fazem parte da segunda turma os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Edson Fachin.

#### A QUEDA

A eventual decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de limitar o foro privilegiado a quem cometeu o crime no mandato parlamentar pode ter consequências drásticas para os investigados da Lava Jato que estão hoje sob a jurisdição da Suprema Corte. Se prevalecer a proposta, do ministro Luís Roberto Barroso, boa parte dos inquéritos descerá imediatamente para a primeira instância.

#### A QUEDA 2

É o caso, por exemplo, das investigações sobre os tucanos Aécio Neves e José Serra. Eles são acusados de crimes quando ocupavam outros cargos. Os dois negam as irregularidades.

#### TUDO PARADO

Por se tratar de norma processual, diz um magistrado, a aplicação é imediata. “E ninguém tem direito adquirido a um sistema que não funciona”, diz o mesmo ministro do Supremo.

## PAINEL

**Cachimbo de pez** O ministro Gilmar Mendes, do STF, e o ex-secretário de Segurança do Rio José Mariano Beltrame debaterão o combate às drogas na Conferência Nacional de Ciências Forenses.

**Histórico** Em 2015, Mendes votou pela descriminalização do porte de drogas para uso próprio. Beltrame também faz defesa enfática da descriminalização há anos.

25 ABR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# O Supremo e a bola

Com mais de uma centena de inquéritos da Lava Jato pela frente, o Supremo Tribunal Federal teve de achar tempo para definir o desfecho do campeonato brasileiro de futebol de 30 anos atrás.

Enfrentaram-se, na mais alta corte do país, o Sport, de Recife, e o Flamengo, carioca, este recorrendo de decisão que garantia àquele o direito de ser o único campeão de 1987. A 1ª Turma do STF deu vitória ao clube pernambucano; o do Rio estuda novo recurso.

O ministro Luís Roberto Barroso votou pela divisão do título entre os dois; relator do caso e flamenquista, Marco Aurélio Mello decidiu contra seu time; Rosa Weber criticou a judicialização do tema.

De fato, o que deveria ser apenas um exemplo da proverbial desorganização do esporte brasileiro converteu-se, com a pleora de recursos processuais disponíveis no Judiciário do país, em mais uma pendenga interminável a abarrotar os tribunais de todas as instâncias.

Recorde-se o episódio: em 1987, sufocada por prejuízos, política-gem, amadorismo e corrupção, a Confederação Brasileira de Futebol declarou-se incapaz de organizar um campeonato; em resposta, os clubes mais tradicionais pro-

moveram um certame com 16 participantes, chamado Copa União.

Gerou-se, com isso, previsível — e, em alguns casos, justificada — insatisfação por parte das agremiações excluídas. A CBF, por fim, definiu que o Brasileiro seria disputado pelos dois finalistas da Copa União, rebatizada como Módulo Verde, e duas outras equipes, que saíam do Módulo Amarelo.

Flamengo e Internacional, campeão e vice da competição mais elitizada, recusaram-se a jogar contra Sport e Guarani, os mais bem colocados no torneio que reunia forças intermediárias do futebol.

De início, a CBF conferiu o título ao clube recifense; em 2011, numa decisão política, incluiu o carioca na honraria. O primeiro, que sempre pleiteou a exclusividade na Justiça, afinal obteve no STF o entendimento de que o assunto transitou em julgado em 1999.

Mesmo que a novela tenha chegado ao fim nos tribunais, a controvérsia, por certo, nunca estará pacificada no mundo futebolístico, ainda mais porque se trata de atividade em que a paixão prevalece sobre a lógica. Na ausência irremediável de consenso, que cada um comemore seu triunfo, oficial ou não — e bola para a frente.

25 ABR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Prescrição de crime tributário é calculada a partir da data da conduta

TJ-SP extinguiu punibilidade de réu acusado de cometer fraudes aos 17 anos.

Denúncia foi oferecida após seis anos da inscrição de débito na dívida ativa.

O cálculo de prescrição de crime tributário é feito com base no momento da conduta, mesmo que sua consumação tenha sido em data posterior. A partir desse entendimento, a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo julgou extinta a punibilidade pela prescrição de um réu acusado de cometer fraudes fiscais aos 17 anos.

No caso, o colegiado aplicou o artigo 115 do Código Penal: "São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos."

Segundo o Ministério Público, entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, quando era menor de idade, o réu teria omitido cerca de R\$ 160 mil de ICMS de operações em livros fiscais. Em virtude do processo administrativo, o débito somente foi inscrito em dívida ativa quando ele completou 22 anos. A denúncia foi oferecida após mais de seis anos da inscrição do débito.

Em primeiro grau, o juízo da 15ª Vara Criminal de São Paulo entendeu que, por ter completado 22 anos quando o crime teria se consumado, não teria ocorrido a prescrição. A defesa do réu, feita pelos advogados Luciano de Freitas Santoro e Julia Crespi Sanchez, impetrou Habeas Corpus.

Os advogados alegaram ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia, em razão da prescrição, e pediram o trancamento da ação penal. Eles argumentaram que utiliza-se a teoria da atividade (momento da conduta) para calcular o tempo do crime, ainda que o momento do resultado da ação seja outro.

25 ABR 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF mantém decisão que declarou inconstitucional o feriado municipal da Consciência Negra em Curitiba

O Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal – STF, no dia 24/03/2017, julgou que a Lei nº 14.224/2013 de Curitiba-PR, ao instituir o feriado da Consciência Negra, invadiu a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho, definida no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, norma de reprodução obrigatória pela Constituição do Estado do Paraná.

Assim, foi mantida a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que declarou a inconstitucionalidade da referida lei e do Feriado Municipal da Consciência Negra. A decisão

foi proferida em ação ajuizada pela Associação Comercial do Paraná – ACP e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná – SINDUSCON-PR, patrocinada pelo escritório Cleverson Marinho Teixeira Advogados Associados.

Segundo Marcelo de Souza Teixeira, advogado do escritório Cleverson Marinho Teixeira Advogados Associados e Consultor Jurídico da ACP “a decisão do STF ainda não é definitiva, tendo em vista o cabimento de agravo. No entanto, a possibilidade de modificação da decisão é remota face os precedentes da Corte Constitucional”.

### Repetitivo sobre contratos bancários tem dois recursos afetados

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo de Tarso Sanseverino afetou dois recursos especiais que servirão de paradigmas no julgamento sobre contratos bancários.

Inicialmente, o Recurso Especial 1.537.994 havia sido afetado para ser paradigma. No entanto, em agosto de 2016, a 2ª Seção do STJ desafetou o recurso, mas manteve o tema como repetitivo. Agora, o ministro escolheu os dois recursos paradigmas.

A matéria a ser julgada pelos ministros consiste na discussão quanto às seguintes questões:

1 - A possibilidade de se determinar à instituição financeira a exibição incidental de contrato bancário no curso de demanda revisional;

2 - As consequências da recusa de exibição no que tange à capitalização e à taxa de juros remuneratórios;

3 - A necessidade de prova de erro no pagamento para que seja acolhido o pleito de repetição simples do indébito;

4 - A possibilidade de compensação do crédito decorrente da procedência da revisional com o débito decorrente do contrato.

25 ABR 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES CONTRA O PROJETO DE LEI SOBRE ABUSO DE AUTORIDADE.

A **Associação Comercial do Paraná (ACP)** e a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, em iniciativa inédita entre empresários e trabalhadores a favor da moralidade e da ética, vêm a público manifestar sua posição contrária à aprovação do projeto de lei contra o abuso de autoridade. Da forma como apresentado pela relatoria no Senado, o projeto comprometerá o combate à corrupção, grande anseio da sociedade brasileira, criando bases legais para que se intimide e coloque obstáculos à ação da justiça, ao propor que um magistrado possa ser condenado pela mera interpretação das leis.

A intimidação dos agentes da lei, em especial juízes, procuradores e integrantes do aparato de polícia judiciária, na visão da ACP e UGT, é inaceitável, e mais que isso, uma tentativa de legislar em causa própria. Alinhadas ao anseio de milhões de brasileiros, ACP e UGT repudiam esta tentativa de preservar a impunidade na gestão pública e de salvar os corruptos da cadeia.

Mesmo considerando o fato de que o atual Congresso é formado por dezenas de parlamentares sob investigação, a ACP e a UGT reiteram diante do povo brasileiro a convicção de que o bom senso dos parlamentares falará mais alto que a falsa moral dos detratores da democracia.

A sociedade rejeita os ataques desferidos contra a soberania das leis, no momento em que as atividades do setor produtivo são represadas pela crise econômica que produziu recessão e milhões de desempregados. Os trabalhadores querem seus empregos de volta e os empresários necessitam de estabilidade política e que se reestabeleça a tão necessária confiança para que voltem a investir nos seus negócios em um ambiente de concórdia e respeito às instituições.

**Gláucio José Geara**  
Presidente da ACP

**Paulo César Rossi**  
Presidente da UGT-PR

**ACP**  
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ  
Fundada em 1909

**UGT**  
UNião Geral dos Trabalhadores

25 ABR 2017

# CARTA CAPITAL

MAURICIO DIAS

## O poder sem limites

► **Contra isso se bate o senador Requião com seu Projeto de Lei sobre o que chama de “abuso de autoridade”. Cometido, por exemplo, pela Lava Jato**

**C**hega atrasado, mas ainda em boa hora, o projeto de lei relatado pelo senador Roberto Requião, informalmente chamado de “abuso de autoridade” e caracterizado pelo objetivo de combater crimes cometidos por funcionários públicos espalhados pelos diversos organismos do Estado. A Operação Lava Jato, pela conduta dolosa e ilegítima, é um exemplo desse abuso.

Essa ideia não é nova. Ela adormecia há quase dez anos, considerando que foi enviada ao Congresso, no primeiro governo Lula, pelo então ministro da Justiça Tarso Genro. Perdeu-se lá por razões que a própria razão desconhece.

Foi resgatada agora, entretanto, pelo senador Renan Calheiros, por razões conhecidas. Pesa sobre ele uma dúzia de acusações geradas pelas investigações da Lava Jato, somadas a outro problema. Renan presidia o Senado, quando a casa foi invadida pela Polícia Federal a mando do passageiro ministro da Justiça Alexandre de Moraes, um advogado hoje refestelado em uma das cadeiras de espaldar alto do Supremo Tribunal Federal.

Foi típico abusó de autoridade. Mereceria punição exemplar, se a nova lei estivesse em vigor. Há, porém, uma resistência. O juiz Sérgio Moro, unido aos procuradores de Curitiba, capitaneados por Deltan Dallagnol, vale-se da popularidade emanada da Lava Jato para torpedear o Projeto de Lei da autoridade abusiva.

Para Moro e Dallagnol, punir autoridade por crime de abuso decretaria o fim da Lava Jato. Não é verdade. Poderia ser, sim, no entanto, o fim do autoritarismo que eles empregam favorecidos pela omissão do Conselho Nacional de Justiça e pela simpatia majoritária dos 11 juízes que compõem o STF.

O **contraponto** com a Operação Lava Jato não deve inibir o Congresso sob pressão da mídia. Não haverá danos à investigação nem à punição de corruptos, desde que tudo se mantenha nos termos previstos no Projeto de Lei formulado por Requião e prestes a ser votado no Senado.

O senador relator tem pregado isto: “Não queremos assistir mais à ‘carteirada’, ao abuso de poder. E isso deve valer para todas as instituições: o Parlamento, o Judiciário, o Ministério Público, a polícia... enfim, os agentes públicos de forma geral, desde o fiscal de renda do município ao presidente da República”. Espera-se que nenhum senador, ao longo da tramitação, ponha jabuti na forquilha.

Há excessos nas ações policiais. E eles estão em posição mais próxima às populações pobres. Existe o clássico “pontapé na bunda” aplicado no suspeito forçado a entrar no camburão. A luta contra as arbitrariedades do poder no Brasil ainda não acabou. Há muita coisa escondida nas entrelinhas das leis em vigor. •

25 ABR 2017

**BEM PARANÁ**

# Sergio Moro decide sobre data de depoimento de Lula em Curitiba

Segurança Pública do Paraná e Polícia Federal pediram o adiamento da oitiva do ex-presidente, marcada para 3 de maio

O Secretário de Segurança Pública do Paraná, Wagner Mesquita, encaminhou pedido ao juiz federal, Sérgio Moro, para que o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado para 3 de maio, seja adiado. O pedido endossa a solicitação, de mesmo cunho, feita pela Polícia Federal do Paraná. Os pedidos para adiamento do depoimento, assinado pelo superintendente da PF regional, Rosalvo Franco, e do secretário de Segurança do Paraná foi protocolado no fim desta tarde de ontem na Justiça Federal. A solicitação foi encaminhada ao juiz Sérgio Moro, responsável pela decisão.

“Solicito a Vossa Excelên-

cia avaliação sobre a viabilidade de redesignar data e/ou local da oitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agendada para o dia 3 de maio do corrente ano para data posterior, tendo em vista notícias de possível deslocamento de movimentos populares para esta Capital Paranaense em virtude da semana de comemoração do Dia do Trabalhador (1º de maio), o que pode gerar problemas de segurança pública, institucional e pessoal”, argumentou o secretário.

O pedido da Secretaria de Segurança Pública segue a mesma linha adotada pela Polícia Federal, que também sugeriu a Moro “mais tempo para realizar as tratativas com

os órgãos de segurança e de inteligência para a audiência que será realizada”.

Cabe, agora, ao juiz Moro decidir se irá mudar a data do interrogatório do ex-presidente Lula.

Nesta ação, o Ministério Público Federal sustenta que Lula recebeu R\$ 3,7 milhões em benefício próprio — de um valor de R\$ 87 milhões de corrupção — da empreiteira OAS, entre 2006 e 2012. As acusações contra Lula são relativas ao recebimento de vantagens ilícitas da empreiteira OAS por meio do triplex no Guarujá, no Solaris, e ao armazenamento de bens do acervo presidencial, mantido pela Granero de 2011 a 2016.

**CONTINUA**



25 ABR 2017

## BEMPARANÁ CONTINUAÇÃO

### "Isso não é problema meu", diz Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que desconhece um possível adiamento de seu depoimento ao juiz Sérgio Moro, marcado para o próximo dia 3 de maio, em Curitiba. "Isso não é problema meu", disse ele, ao ser questionado por repórteres quando chegou ao Centro Internacional de Convenções para participar do seminário "Estratégias para a Economia Brasileira - Desenvolvimento, Soberania e Inclusão", em Brasília. A previsão é de que a

oitiva, se for transferida, ocorra no dia 10 de maio, uma semana depois data prevista.

Quatro dias após o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro ter dito a Moro que Lula pediu a ele, em maio de 2014, para destruir provas sobre pagamento de propinas ao PT, o petista foi recebido no evento como candidato ao Palácio do Planalto, em 2018. "Lula, guerreiro, do povo brasileiro", gritavam os militantes do PT.

Réu em cinco ações penais, três das quais relaciona-

das à Lava Jato, o ex-presidente chama as denúncias contra ele de "mentiras" e afirma que vai disputar a próxima eleição.

"Leo Pinheiro está preso e sob tortura psicológica", disse o ex-ministro da Casa Civil Jaques Wagner. "Se interditem a candidatura do Lula será uma burrice. Qualquer um depois de massacrado vira herói nacional. Se for preso ou interdito, a imagem será muito forte e ele virará herói."

### Movimentos prometem "invadir" a cidade

Ao todo, há 24 eventos criados no Facebook para a data, a maioria programados para acontecer em frente ao prédio da Justiça Federal, no bairro Ahú, sendo metade em favor do petista e a outra metade apoiando a Lava Jato e o juiz federal. Essa será a primeira vez que os dois estarão cara a cara — em novembro do ano passado Lula depôs ao magistrado como testemunha de defesa do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, mas por videoconferência.

Entre os movimentos de esquerda, a expectativa é de reunir pelo menos 50 mil pessoas de todo o país. Movimentos sociais como a Frente Brasil Popular, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Nação Hip Hop, entre

outros, já confirmaram presença. No Facebook, o evento com maior adesão é o "Nas Ruas! Por todos e por Lula", organizado pela Frente Resistência Democrática e que já conta com 1,7 mil confirmações de presença.

"Mais tempo para realizar as tratativas com os órgãos de segurança e de inteligência para a audiência que será realizada".

do superintendente regional da Polícia Federal,  
Rosalvo Franco

### Juiz nega recurso a defesa

O juiz Federal Sérgio Moro negou, ontem, os agravos de instrumento movidos pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a decisão que obriga o ex-presidente a comparecer às oitavas de todas as 87 testemunhas de defesa por ele arroladas no processo em que é acusado de receber vantagens indevidas da construtora Odebrecht. Na decisão, Moro deixa claro que determinou que Lula compareça em todos os depoimentos por entender que a indicação de 87 testemunhas e a recusa em aceitar que depoimentos já concedidos por algumas das testemunhas em outros processos fossem utilizados nesta ação penal seriam manobras da defesa para prolongar e tumultuar o processo.

25 ABR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

# PF pede adiamento do interrogatório de Lula

Audiência está marcada para 3 de maio, mas pode ficar para o dia 10

A Polícia Federal (PF) pediu o adiamento do interrogatório do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na ação penal que envolve o triplex em Guarujá. A audiência está marcada para as 14h de 3 de maio, na sede da Justiça Federal do Paraná, em Curitiba.

O pedido foi assinado pelo superintendente da PF no Paraná, delegado Rosalvo Ferreira Franco. No documento, ele diz que precisa solicitar "mais tempo para realizar as tratativas com os órgãos de segurança e de inteligência para audiência que será realizada".

Agora, cabe ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, autorizar o adiamento.

Lula comentou a possível transferência de datas durante um seminário do Partido dos Trabalhadores,

realizado em Brasília nesta segunda-feira. Ao sair da sala, foi questionado pela imprensa sobre o pedido da Polícia Federal (PF) para que seja adiado o interrogatório na ação penal sobre o triplex em Guarujá seja adiado. "Não é problema meu", limitou-se a responder. ■

## Moro deve ouvir Odebrecht novamente

**Q** O juiz federal Sérgio Moro decidiu nesta segunda-feira (24) intimar sete réus na ação penal que envolve o ex-ministro Antônio Palocci, para que eles prestem novos depoimentos. Todos são delatores que integram o grupo de 77 pessoas ligadas ao grupo Odebrecht. Os novos depoimentos foram pedidos pela

defesa de Palocci. O processo está em uma das fases finais.

O que motivou o pedido foi a queda da quebra de sigilo nos acordos de delação premiada, realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os depoimentos deles constantes nos acordos devem ser anexados pelo Ministério Público Federal ao processo que já está em andamento. ■

25 ABR 2017

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Encontro com Moro adiado

Esperado na próxima semana em Curitiba, para depor na Operação Lava Jato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que adiar sua vinda à capital paranaense. De acordo com informações do jornal *Folha de São Paulo*, o juiz federal Sergio Moro decidiu mudar a data do depoimento, anteriormente marcado para o dia três de maio.

A princípio, a oitiva deve ser transferida para o dia 10 de maio, a pedido da Polícia Federal. Ainda de acordo com o jornal, a PF argumentou que precisaria de mais tempo para organizar a segurança no local e que o feriado do Dia do Trabalho, celebrado no dia 1.º de maio, dificultaria ainda mais a operação.

Aproveitando a ocasião da presença de Lula em Curitiba, associada às comemorações do Dia do Trabalho, centrais sindicais da capital estão preparando uma agenda de protestos e manifestações nos dias próximos. Inclusive, uma greve geral foi convocada para a próxima sexta-feira.